

AS IDÉIAS NÃO MORREM ¹

SUBSÍDIO AO ESTUDO DA FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO BRASIL

PAULO PINHEIRO CHAGAS

1 – Conferência proferida em São Paulo, no auditório das Faculdades Metropolitanas Unidas, em março de 1981.

Desde logo quero dizer que recebi, como um privilégio, a honra de proferir esta palestra a convite do Professor Edevaldo Alves da Silva, exemplar figura humana, em quem não saberia distinguir qual o maior: se o homem de pensamento, carregado de livros e títulos, se o homem de ação, oniparente, onímodo, onipresente. Cidadão imbuído da antiga virtude republicana, depois de atingir todos os êxitos, concentra a emoção nos seus começos, orgulhando-se da modéstia de suas origens quando, menino engraxate e carregador de malas, teve que lutar a duras penas para abrir o caminho e construir o seu destino. Nesse lance transparece a grandeza moral de um self made man, um desses homens que “entram na vida pelos seus desertos”. De outra parte, ainda ressoam em meu espírito as palavras, tão belas quanto generosas, com que venho de ser saudado por Neif Mattar, meu querido amigo e conterrâneo. Ouví-as com aquele natural enternecimento de quem retorna ao conchego da lareira doméstica, escutando de novo as conversas familiares e sentindo de súbito o aroma de suas raízes natais. E então — teria sido a minha imaginação? — como um eco que repercute, ou talvez apenas em meu coração, julguei ouvir as vozes do chão nativo, as vozes da tradição telúrica, aquelas mesmas vozes que identificam, em cada um de nós, os anos de luta, de amor e de tormenta e selam a comunhão do homem com as fontes de sua formação.

Senhores acadêmicos. Junto de vós experimento a nítida sensação de quem divisasse os repentinos clarões da própria juventude. Na verdade, essa oportunidade de respirar o ar puro e lavado do vosso convívio; esse contacto com o ambiente saudável das Faculdades Metropolitanas Unidas, em sua sublime missão de fazedora de cultura; essa vossa presença, esfuziante e insubmissa, legal e rebelde, de quem participa e assume; tudo isso me lembra que a mocidade é a única que tem sempre razão, pela fidelidade do seu compromisso com a inteligência e pela singela virtude do seu desinteresse.

Falando nesta casa ilustre, vale a pena insistir na tese de que a educação não se pode aferir apenas pelos padrões de ensino, com sua metodologia, ou pelos cânones profissionais, com sua sistemática. Nela há que ver ainda, o seu conteúdo ético — a cultura — e o seu sentido estético — a democracia. A manutenção da unidade nacional, o funcionamento do regime democrático, a redistribuição social dos indivíduos, são alguns temas a ela atinentes. Em suma, toda a sabedoria estaria em que educar tem por finalidade precípua formar o cidadão, dele fazendo um servidor da democracia. Nessa filosofia educacional, há um pouco daquele conceito, talvez de Sarmiento: “Instruir es enseñar, educar es sugerir ideales”.

Ora, tudo vem a propósito do ensaio que cuidamos fazer, mostrando as origens democráticas de nossa formação nacional. Obviamente, a controvérsia, a polémica, a contradição não de estar sempre presentes no desenvolvimento dialético da tese. A dúvida, como sempre. Sem embargo, onde maior incoerência que a de Rousseau, afirmando em pleno século XVIII que os pobres não precisam de educação? Realmente, como compreender esse pensamento terrível, formulado pelo lúcido espírito do enciclopedista, que foi fonte de inspiração para a Revolução de 89 e que tão de perto influiu nos rumos do Romantismo? Na boca de Rosseau, apóstolo da liberdade, defensor dos direitos humanos, aquelas palavras sugerem o trágico espetáculo de um sacerdote, blasfemando contra o seu próprio deus. De outro modo, como conciliar esse Rousseau com aquele outro que escreveu o Discours sur l'origine de l'inegalité?

Isto posto, é de ver que o nosso ensaio há de ser entendido mais como um subsídio do que como uma obra acabada. Não aspira a se tornar uma diretriz, nem pretende ser a última palavra. No entanto, o fato, que deflui de uma atenta revisão histórica, é que "luzias" e "tenentes" estão vinculados, de forma iniludível à nossa formação democrática. Para uma melhor compreensão do assunto, permito-me lembrar, em largos traços, a vida do chefe "luzia", Teófilo Ottoni, Patriarca da Democracia no Brasil. Ele vinha das Gerais, daquele Serro insubmisso, atormentado pelos furores do despotismo, com sua história ensanguentada nas derramas, nos dízimos, no monopólio, nos quintos, na capitação, nos contratadores. A tirania do código filipino, o pelourinho, a força, o açoite, o confisco, o degredo, o esquartejamento dos patriotas estavam na memória do Serro. O burgo intrépido como que se orgulhava de suas cicatrizes, cujo ementário era transmitido de geração em geração, no recolhimento dos serões domésticos. Em Teófilo Ottoni, o natal de sua imaginação se impregnava, assim, de elementos definitivos. Ele provinha de um lar humilde, aquecido ao calor da Inconfidência, onde a virtude e a pobreza disputavam a primazia. Não obstante, trazia no sangue o itinerário da vida. Do lado materno, eram os Pais Leme, aqueles paulistas que haviam dado alma e uma geografia ao Brasil. E eram, do lado paterno, esses Ottoni, imigrados genoveses, homens livres pela graça de Deus e já com séculos de lutas pela liberdade. Necessariamente os seus dias haveriam que se alimentar dessas influências. Durante meio século de atividade política, foi um homem absurdamente fiel aos compromissos da própria formação. Envelheceu leal aos seus começos, agarrado aos cânones da juventude. Oficial de Marinha, político, bandeirante, revolucionário, abolicionista, republicano e federalista; escritor e tribuno, defensor da liberdade do negro e do índio; precursor de nossa política de desenvolvimento econômico, nele, o homem e a obra se interpenetram e se confundem na mesma evangelização democrática. Já o seu jornal, a SENTINELA DO SERRO trazia, no frontispício, uma divisa de Jefferson, pregando o direito à liberdade e a resistência à opressão. Todos os movimentos revolucionários, de cunho liberal, tiveram-no à frente. O 7 de Abril, com a abdicação de Pedro I, começou, no Serro, no dia quatro, sob o seu comando. Em 1833, outra vez chama o povo às armas e combate a reação absolutista, marchando sobre Caeté. Em 42, chefia a revolução em Minas, escrevendo uma página de heroísmo. É o Capitão da Casaca Branca, alvo do ódio adversário. Caxias, ainda barão, comanda as tropas imperiais. Em Paraibuna, Caeté, Mendanha, Rocinha Negra, Córrego Sujo e Queluz, Caxias tinha sido batido. A batalha decisiva é travada em Santa Luzia. O barão chega a ser derrotado, perdendo para os rebeldes inclusive a bagagem de uso pessoal. Mas o "imponderável dos acontecimentos", superior ao desígnio dos homens, inclina-se em favor de Caxias, que derrota os revolucionários, pondo a salvo de um desastre a espada do maior general brasileiro. Podendo continuar o movimento que, a essa altura, ainda contava com três mil homens, Teófilo Ottoni deixa-se prender, permanecendo em Santa Luzia. No limiar da anarquia, o sans-culotte trava o carro da revolução para poupar Minas dos horrores de uma guerra civil. Santa Luzia dará o nome ao Partido Liberal e a seu chefe. Daí por diante, não raro sublime, o epíteto vai marcá-lo à desconfiança dos donos do Império: Teófilo Ottoni, o "luzia". E a tradição fará o resto: "luzia", homem não confiável. Deputado em sucessivas legislaturas, o grande tribuno não dá quartel aos aulicos, aos traficantes, aos escravocratas. Levanta na Câmara dos Deputados a BANDEIRA DAS FRANQUIAS PROVINCIAIS, de nítido sentido federalista e que se torna o programa do Partido Liberal. Então, bater-se pela federação era bater-se pela liberdade. Seis vezes eleito para o Senado, só da última o Imperador o escolhe e assim mesmo em virtude da tremenda pressão popular. Em 1860, muda o ritmo político do Império, destroçando a

a oligarquia conservadora, havia decênios no poder. É o começo da era ottoniana, solertemente encoberta pela história oficiosa, não raro escrita pelos últimos representantes da aristocracia negreira, com seus barões e doutores formados em Coimbra, e que nunca pôde aceitar, sem arrepio, a presença de Teófilo Ottoni, revolucionário e plebeu. Torna-se o supremo tribunal da opinião pública, exercendo a democracia com a pureza de um sacerdote. Ídolo do povo, de sua palavra dependem a paz ou a guerra. É quando surge a legenda de seu lenço branco. Lenço branco, que sacudia o Império, no combate a todas as prepotências; lenço branco que, acenado às massas, inflamava os comícios; lenço branco, a cuja agitação as multidões seguiam em delírio; lenço branco que na questão inglesa teve força para levantar em armas o povo do Rio de Janeiro, desafrontando a Pátria, frente aos canhões do almirante Warren. Não obstante, um de seus mais altos momentos ia ser vivido nos sertões do nordeste de Minas quando, no velho estilo bandeirante, realiza a sua **Marcha para Oeste**. Como se já não bastassem os fecundos serviços prestados ao Brasil, ele iria ligar o nome a um empreendimento que estava antes a desafiar as energias de alguns governos, durante algumas gerações. E se atira à grande aventura. Paladino da democracia, queria realizá-la, depois de havê-la pregado na imprensa, no livro, na tribuna, nos campos de batalha, no juri, nos exemplos de sua vida. Afinal, que desejava com esse sonho insensato, essa iniciativa, a mais arrojada ainda levada a efeito por um homem? Pouca coisa na verdade: descobrir o nordeste de Minas e colonizá-lo. Valorizar a sua riqueza, cortando-o de estradas. Comunicá-lo com o Rio de Janeiro, através do oceano e do rio Mucuri, em cuja foz, na vila de São José do Porto Alegre, se construiria um porto de mar para a sua província. Daí essa histórica **CIA. DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DO RIO MUCURI**, que abrasou a imprensa e o Parlamento do Império. Ele constrói a primeira estrada de rodagem do Brasil, com 170 quilômetros, ligando o povoado de Santa Clara à Filadélfia, hoje cidade de Teófilo Ottoni, em homenagem a seu fundador. Aquelas tímidas colônias, que sua bandeira semeara pelo vale, são hoje vinte e dois municípios do nordeste de Minas. Inicia a colonização estrangeira, importando alemães, holandeses, belgas, suíços, ingleses, italianos, portugueses, libaneses, franceses e chineses. A catequese dos índios do Mucuri, os Botocudos, ferozes e antropófagos, é uma página de fascinante beleza que só ele saberia escrever. Foi um precursor de Nabuco na Abolição; sucessor de Anchieta e predecessor de Rondon na compreensão do selvagem. Sua atitude ao invadir a selva é significativa. Proíbe que se atire no gentio, mesmo para responder à agressão. Extingue o tráfico de suas mulheres e de seus filhos. Acaba com sua escravidão. Reconhece o seu direito à terra e defende-lhe a liberdade, valorizando-o como homem, pelo trabalho livre e remunerado. Porque Teófilo Ottoni use luvas brancas para se defender dos mosquitos, dão-lhe um nome: **POGIRUN**, o homem das mãos brancas. Ao cabo de alguns anos, o milagre acontece. A paz desce sobre o vale. Os grandes caciques, Poti, Mek-Mek, Pojichá, Poton, Poté, Imá, Juquirana, Inhome, Ninkate procuram-no para a paz. Nus, vermelhos de urucum ou azuis de

jenipapo, os tambetás no lábio inferior e nos lobos da orelha, quebram as flechas diante de POGIRUN, o supremo cacique do vale. De resto, eles se entendiam. Entre Teófilo Ottoni e os selvagens havia um traço comum: o mesmo amor à liberdade. Em torno desse sentimento, teriam de unir-se. Nada impediria essa aproximação. Nem as diferenças de língua, de civilização, de hábitos, tampouco os prejuízos e os preconceitos. Para Teófilo Ottoni o índio era um homem livre, selvagem como a própria liberdade; para o índio, POGIRUN encarnava a figura humana desse pensamento divino. Eram homens livres e se entendiam a despeito de tantos antagonismos. Compreendiam-se pelo instinto, quem sabe, sentindo a liberdade em seu derredor, ríspida como esses ventos ululantes, espontânea como a água corrente desses rios.

Teófilo Ottoni é um pouco do destino nacional. Apóstolo da República, fez mais do que morrer por ela. Erigiu sua vida numa lúcida lição de democracia, onde a primeira geração republicana foi beber as razões de sua fé. Ponto mais alto do pensamento liberal do Brasil, tribuno e advogado do povo, a mocidade o acompanhou até o fim e mesmo depois do fim. Os signatários do Manifesto Republicano de 1870 e os nomes que vão encher a manhã de 15 de novembro de 1889 foram, todos eles, educados na magistratura ottoniana. Pouco importa que não tenha sido poder neste país tão fértil na louvaminha dos incapazes. É que o seu passado revolucínario, lutando pela liberdade, na aurora de nossa formação, haveria que marcá-lo com a postíça tradição de um demagogo, de um sans-culotte, de um "luzia". No entanto, a sua côr nunca fora o vermelho das guerras sangrentas, mas o branco dos triunfos da paz. Na revolução de 42, era o Capitão da Casaca Branca. No Mucurí, POGIRUN, o chefe das mãos brancas. E nesses anos de sua era — a era ottoniana — sua bandeira tinha sido o Lenço Branco. Em 44, obedecendo a seu conselho, David Canabarro, a quem o ligava a fraternidade maçônica, punha fim à Guerra dos Farrapos que, havia dez anos, afligia o Império. Embora! A fama tinha foros irremovíveis: ele era o "luzia". Não chegou, portanto, ao poder, já que para obtê-lo era preciso o favor do rei. Mas a rua teve o pressentimento do seu destino, dando-lhe um título, que venceria as épocas: Teófilo Ottoni, ministro do Povo.

Inimigo do direito divino dos reis, formado na escola republicana dos Washington e dos Jefferson, encanecou na pregação das idéias liberais. Fazendo de sua vida um apostolado e de seu destino uma magistratura, emerge do ementário histórico, pelo conteúdo de sua doutrina e pela grandeza de sua virtude, como a figura, a inconfundível figura do Patriarca da Democracia. A liberdade já era nele um sentimento, antes de ser uma convicção. Amou-a com o amor das crenças

profundas. Dela fez um altar de todas as horas, servindo-a como um padre serve o seu deus. Os contemporâneos tiveram o claro entendimento de sua missão. Compararam-no a Catão, Graco, Aquiles, Cincinato, como se somente a era clássica devesse ser a sua atmosfera, a sua inspiração. E inscreveram no seu retrato este dístico magnífico: DILECTUS POPULI, LIBERTATISQUE SACERDOS. Filho dileto do povo, sacerdote da liberdade. Até sua morte teria um sentido profético. Abalando o Império em seus fundamentos, ela fazia as vezes de uma revolução. Depois de haver aumentado o Brasil com os milagres do Mucuri, como um dos fundadores da nacionalidade, ao jeito dos quakers puritanos, morria pobre. Pobre como havia nascido. E morria nos braços do povo. Nada levava deste mundo que não houvesse recebido do povo, pelo seu voto espontâneo. Sua morte era, assim, uma advertência para o despotismo. Ia-se buscar ao seu sepulcro o último impulso republicano. E era de tal forma essa inspiração que Barata Ribeiro, seu amigo e seu discípulo, diria, à beira do túmulo, estas palavras paradoxalmente verdadeiras: "Gratias Cesar! Teófilo Ottoni acaba de morrer!"

Esta a grande lição democrática, que nos veio do Império, sob as mais altas tradições "luzias". E na República? Atente-se para o que se passava com a mocidade militar, no primeiro quartel deste século. Do eterno conflito entre liberdade e autoridade resultou, para o Brasil, uma democracia com características próprias, bem definidas. Ela surgiu, aqui, como uma resultante política deste velho antagonismo: a autoridade da metrópole portuguesa, buscando na centralização monárquica a primeira condição de sua força, e o sentimento de liberdade, alentando-se, em sentido oposto, na essência das idéias federalistas. Nasceu desse entrechoque e foi um triunfo da liberdade, através da Federação, que era uma forma de subtrair a autoridade, dividindo-a, limitando-a. Daí, talvez, o pensamento de Tavares Bastos, ao escrever que "o Novo Mundo fez a Federação paládio da liberdade". Assim, a democracia no Brasil tem uma fisionomia própria. Não é uma democracia passivamente liberal. É, por imposição histórica, uma democracia ativamente antiautoritária, reagindo, com violência, aos excessos do poder, que geram o arbítrio. A revolução dos Estados Unidos não se limitou a inspirar a Inconfidência, animar a Independência, modelar a República. Foi além, transmitindo-nos o conceito de sua democracia, basicamente federalista, que tinha, de resto, raízes próprias em nossa formação. E legou-nos, a par disso, a filosofia de Jefferson, proclamando o direito à revolução. Não é difícil buscar nesses fatos a origem remota de nossa índole rebelde. No Brasil, a luta democrática foi sempre uma reação contra os excessos do autoritarismo. Males congênitos, agravados com crises de crescimento. E que incendeiam, periodicamente, a nação.

Desse jeito, o desentendimento da mocidade militar com os abusos do presidencialismo tinha razões quase hereditárias. A Escola Militar do Brasil, primeiro na Praia Vermelha, de-

pois no Realengo, douta e famosa, tornara-se, por direitos imprescritíveis, uma alta instância dos destinos nacionais. Ela não evocava apenas os ruidosos feitos de guerra. Seus guias não eram somente Caxias, Ozório, Sampaio, Mallet, Deodoro, Floriano. Havia outros. Havia Benjamin Constant, o apóstolo, pregando o governo do povo pelo povo e marchando com os discípulos, na manhã de 15 de Novembro de 1889, para “vencer ou morrer”. E havia Euclides da Cunha, o grande rebelado, devassando o imprevisto cenário de todas as rebeldias. Em suma, como escreveu Pedro Calmon, a Escola Militar do Brasil “fora o berço da República, o seu seminário, o seu baluarte”. Mais tarde, os cadetes que cursavam a Escola Militar do Realengo, ali encontravam, bem vivos, no fio das tradições acadêmicas, esses estímulos e aqueles ensinamentos, transmitidos de geração em geração, como uma chama incorruptível. Por isso mesmo, neles a cultura não mataria o instinto. Compreendiam que os temas da vida não se resumiam em operações de Balística ou Cálculo Integral. Eram também filósofos e, em consequência, políticos. Não ignoravam as aflições e as vicissitudes de seu país. E sabiam que o Brasil vale a pena.

Saídos da Escola Militar, onde se haviam iniciado no aprendizado da democracia, esses cadetes chocavam-se cá fora com as atitudes extremadas de um presidencialismo personalista e despótico. E a deformação republicana, originada no vício das instituições ou no desacerto dos homens, pouco importa, como que lhes sugeria a necessidade, para o Brasil, de uma purificação pelo fogo. Caberia à geração acadêmica, dos anos 16 a 24, a liderança dos novos tempos. Na verdade, esses cadetes traçaram rumos à sua pátria, retirando-a do imobilismo de valores superados. Marcaram uma época de profundas transformações sociais e jurídicas. Abriram novos caminhos ao Brasil. O ciclo revolucionário, começado em 22, vai tê-los à frente dos vários movimentos emancipadores, que culminarão com a vitória de 30. Seu idealismo, sua mocidade, seu espírito de renúncia vão criar o clima do “tenentismo”, expressão política de uma saudável filosofia socialista e democrática.

A 5 de Julho de 1922, surgem, pela primeira vez, na ribalta. Assim como uma alvorada de sangue, sublime e dramática. Mas a sua revolução estava destinada ao fracasso. O colapso da Escola Militar, a impossibilidade do levante da Vila Militar e a defecção de outras unidades comprometidas, tudo isso valia por uma sentença inapelável. No dia seguinte, apenas num ponto lavrava a insurreição. Na parte sul da cidade do Rio de Janeiro, a artilharia rugia soturnamente. Era o Forte de Copacabana que resistia solitário. Traídos e vencidos, os jovens granadeiros discutem a sorte do seu quartel. Rendição é palavra que não conta. Aos tiros sobre o Palácio do Catete se opunha o morro da Babilônia. “Vencer ou morrer”, ensinara o mestre magnífico. Sufocada a revolução, só lhes restava morrer. Nessa resolução sentiam coincidir a honra de suas

fardas. Siqueira Campos sugere a destruição do Forte, com a explosão do paiol de pólvora, morrendo toda a guarnição em seus postos. Mas a idéia é abandonada. Afinal, o Forte não era propriedade deles, e não lhes parecia idôneo por essa forma sacrificar a vida de seus soldados. Siqueira Campos se apega então à idéia de prosseguirem no bombardeio dos objetivos militares da cidade e resistirem no Forte até o último homem. Nessa altura, intervém Eduardo Gomes. O bombardeio dos objetivos militares não deixaria de afetar a cidade, com graves danos para a sua população. E seria isso razoável como último ato de uma revolução vencida? Por que não saírem do Forte, oferecendo combate às forças do Governo, num corpo a corpo, em plena rua? A sugestão é acolhida com entusiasmo. É livre essa jornada da morte. Retiram-se os soldados que assim o desejam. Dos trezentos e quarenta homens restam apenas dezoito. Dividem, entre eles, aos pedaços a bandeira do Forte que não se rendera. E ei-los agora, nessa bela tarde de julho, em plena Avenida Atlântica, os onze homens, que constituem a derradeira guarnição do Forte invicto. Deixaram atrás seus canhões e metralhadoras e, couraçados com os fragmentos da bandeira, armados de fuzis e pistolas, vieram para um combate decisivo, em campo aberto. A meio caminho, surge um paisano com ares de gentleman. É Otávio Correia, um gaúcho a passeio pelo Rio, que os interpela:

- Para onde vão?
- Para a morte.
- E por que?
- Para ajudar a salvar o Brasil.
- Então, também vou.

Newton Prado dá-lhe o fuzil e empunha o revólver. E a marcha prossegue em direção à Praça Serzedelo Correia, onde estão entrincheiradas as forças do Governo, com armas automáticas de todos os tipos e munição farta. Súbito, nas imediações da atual rua Siqueira Campos, a fuzilaria crepita. Estava travada a incrível batalha. Um tiroteio cerrado atroa os ares de Copacabana. Na hora da refrega são apenas onze: os tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Mário Carpenter e Newton Prado, o paisano Otávio Correia, dois cabos e quatro soldados. Anjos ou demônios, são onze contra quatro mil. O corneteiro do Forte confunde o inimigo com seus toques vibrantes. O recontro defluí épico, estranho, desigual. Ao cabo de duas horas, de novo o silêncio. A areia da praia está tinta de sangue. Já não há rebeldes a abater. O último homem disparou o último tiro. Entre os mortos, Mário Carpenter e Otávio Correia. Apenas sobreviveram, gravemente feridos, Siqueira Campos, Eduardo Gomes e Newton Prado, que morreu no hospital. Mas a bandeira do Brasil que, em dias felizes, panejara esventolada no mastro do Forte irredutível,

ali estava, invicta e gloriosa, intacta nesses pedaços, agora ensanguentados, que eles haviam pregado ao peito, bem junto do coração.

A revolução de 5 de Julho de 1924, em São Paulo, foi um desdobramento lógico dos acontecimentos de 22, em cujo aniversário deflagrou. Desta vez, parecia certa a vitória. O movimento, sob o comando do general Izidoro Dias Lopes e do major Miguel Costa, da Força Pública de São Paulo, contava com um elenco de grandes oficiais: Eduardo Gomes, Joaquim e Juarez Távora, Castro Afilhado, Gwyer de Azevedo, Ricardo Hall, Filinto Muller, Nelson de Melo, para não falar de outros nomes ilustres. Nele estavam ainda engajados os melhores elementos da Força Pública de São Paulo e ex-alunos da Escola Militar, expulsos em 22. A 9 de Julho, depois de inúmeros feitos memoráveis, a revolução estava senhora da capital bandeirante. Mas a luta se torna desigual. O governo tinha um efetivo de dezoito mil homens, ou seja o triplo dos revolucionários, que somavam seis mil. Com o objetivo de pouparem a cidade de sua destruição, os revolucionários se retiram da Capital. Tem início, então, a marcha da Coluna Prestes, destinada a perpetuar-se na história militar do Brasil. Naquele tempo, Luiz Carlos Prestes era o Cavaleiro da Esperança. Ainda não havia aderido ao comunismo, como aconteceu já em 30. A coluna Prestes varou o Brasil de lado a lado, enchendo-o de seu clamor, de suas batalhas, de suas façanhas, de seus heróis: Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa, Siqueira Campos, Djalma Dutra, Juarez Távora, João Alberto, Cordeiro de Farias, João Cabanas, Mário Portela, Pedro Gay. E eram tão jovens esses comandantes que deixavam crescer a barba para infundir respeito à tropa. Internam-se no país, talando-o, devassando-o, civilizando-o. Numa cavalgada legendária percorrem todo o território nacional, vadeando-lhe os rios, desvirginando-lhe as florestas, morrendo no entrechoque dos entreveros. Combatendo e manobrando, a pé ou a cavalo, sob o fogo incessante das refregas desesradoras e das retiradas difíceis, atravessam, invictamente, durante três anos, vinte e quatro mil quilômetros de chão brasileiro, ao jeito da Grande Marcha de Mao Tsé-Tung. Mantendo bem acesa a flama da revolução, a dialética desses "tenentes" venceria os anos: como rapsodos da democracia, haviam levado aos confins da pátria uma mensagem de fé e de confiança nos destinos nacionais. Obviamente, esses movimentos armados, que adubaram o terreno, iriam desaguar na Revolução de 30. Ao cabo de oito anos de reveses, a revolução começada em 1922 teria um epílogo vitorioso. Na verdade, com seu forte estilo de epopéia, os dois 5 de Julho haviam calado fundo na consciência da Nação. Sacudiam-lhe a inércia, acendiam-lhe a fé. O espetáculo de sua juventude morrendo por um ideal, trazia uma razão de esperança ao Brasil. Curava-lhe a descrença, fazendo-o acreditar em si mesmo, na sua eternidade e na sua predestinação. Noutros termos, esses "tenentes", com os exemplos de sua mocidade sacrificada, haviam preparado uma opinião nacional receptiva à renovação de métodos, praxes e costumes. E vale lembrar que a Revolução de 30

foi um passo avançado no rumo da democracia. Acabou com as eleições a “bico de pena”, o voto a descoberto, as atas falsas, o reconhecimento dos eleitos, por via parlamentar e, portanto, partidária. Sobre o solo trepidante da Revolução, erigiu-se uma obra destinada a vencer o tempo. De um lado com o Código Eleitoral, a Justiça Eleitoral, o voto feminino e o voto secreto, que visavam à lisura e à verdade dos pleitos, assegurando o direito das minorias, outrora espoliadas. E do outro lado, com a Legislação Trabalhista que, tendo por objeto a justiça social, dignifica o trabalho e emancipa o trabalhador, valorizando-o como pessoa humana. A par disso, deslançou a nossa política de desenvolvimento econômico, com iniciativas como a da instalação da indústria pesada, em Volta Redonda.

Decerto terão tido seus erros esses “tenentes”, mas quem lhes negaria a abnegação, o desinteresse? Tudo deram a seu país, nada lhe pedindo em troca. Fizeram-lhe o sacrifício de sua vida, de seu amor, de sua juventude. E ao se atribuírem a defesa das liberdades civis, tornaram-se os chefes da Revolução, seu ímpeto e seu heroísmo. E com os claros exemplos de sua mocidade imolada, criaram o clima moral da reconquista; e com seu sangue escreveram uma legenda de fé; e com sua devoção aos destinos da pátria, deixaram uma página de emocionante beleza, imortal na memória do Brasil. De uma feita, falando na Câmara dos Deputados, tive a oportunidade de traçar este paralelo: “Se me fosse dado estudar a obra desses ‘tenentes’, eu o faria no clima da era clássica. Buscaria CIPIÃO, o Africano, e o confrontaria com SIQUEIRA CAMPOS. E descobriria coisas imprevistas. Ali, o general romano, príncipe do Senado, ex-Cônsul e ex-Censor, vencedor de ANÍBAL e de ASDRÚBAL, milionário, recoberto de glória e de honrarias, com seu nome projetado através dos séculos. E não obstante tudo isso, ou talvez por isso mesmo, com seu orgulho e seu feitio autoritário, irrita-se com as críticas de CATÃO e do próprio Senado e vai, voluntariamente, exilar-se em Litterne, exclamando: ‘Ingrata Pátria, não possuirás meus ossos’. Aqui, o singelo ‘tenente’, pobre, endividado, romântico, sempre vencido, imolando sua mocidade por um sonho e, depois de tudo haver dado ao seu país, apenas dizendo, com se devesse desculpar-se do seu sacrifício: ‘À Pátria tudo se deve. À Pátria nada se deve pedir. Nem mesmo compreensão.’ É que em CIPIÃO havia apenas o herói; em SIQUEIRA CAMPOS havia ainda o apóstolo.”

De tudo se vê como foi grande a contribuição de “luzias” e “tenentes” na formação democrática do Brasil. Não tanto no sentido doutrinário, mas sobretudo em razão de seu heroísmo e do seu holocausto em favor de uma filosofia liberal. De resto, o exemplo e a lição, que legaram ao Brasil, não valem muito mais que uma dezena de livros de doutrina? Através desse misterioso encadeamento com que o destino costura suas determinações, há um elo que os aproxima, um sentimento que os define, um ideal que os inspira. Na verdade, o “luzia” é o precursor direto do “tenente”. De uma parte e da outra, o mesmo amor à liberdade, o igual espírito de

renúncia, o idêntico devotamento à pátria. E como um denominador comum de aspirações comuns, essa inconfundível vocação de servir à democracia, lutando e morrendo por ela. Ali, o “luzia”, levantando-se em armas contra o “poder pessoal” do Imperador; aqui, o “tenente”, rebelando-se frente aos excessos do presidencialismo, degenerado em hipertrofia do poder executivo. Se Teófilo Ottoni, em Santa Luzia, trava o carro da revolução para não prejudicar a província, Eduardo Gomes, em Copacabana, convoca os companheiros a abandonarem o Forte e lutarem a descoberto, em plena rua, para poupar a cidade.

O “luzia” e o “tenente” têm entre si o parentesco da predestinação histórica. Lutam fora da lei porque sabem que a liberdade só se conquista ilegalmente. Seu sacrifício surge como um pensamento do dia seguinte, uma mensagem do futuro, uma profecia do destino. Por isso, o seu sacerdócio é imortal no tempo e no espaço. Permanece através das épocas e das gerações porque as idéias não morrem.